

# 1º SIMULADO

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO  
AMBIENTE (CPRH) DO CONCURSO  
PÚBLICO UNIFICADO DE  
PERNAMBUCO – CPU/PE – CARGO:  
ANALISTA EM GESTÃO AMBIENTAL  
ESPECIALIDADE: ENGENHARIA  
AMBIENTAL

EDITAL N° 01/2025



**CARTÃO RESPOSTAS**

1. (A) (B) (C) (D) (E)	31. (A) (B) (C) (D) (E)
2. (A) (B) (C) (D) (E)	32. (A) (B) (C) (D) (E)
3. (A) (B) (C) (D) (E)	33. (A) (B) (C) (D) (E)
4. (A) (B) (C) (D) (E)	34. (A) (B) (C) (D) (E)
5. (A) (B) (C) (D) (E)	35. (A) (B) (C) (D) (E)
6. (A) (B) (C) (D) (E)	36. (A) (B) (C) (D) (E)
7. (A) (B) (C) (D) (E)	37. (A) (B) (C) (D) (E)
8. (A) (B) (C) (D) (E)	38. (A) (B) (C) (D) (E)
9. (A) (B) (C) (D) (E)	39. (A) (B) (C) (D) (E)
10. (A) (B) (C) (D) (E)	40. (A) (B) (C) (D) (E)
11. (A) (B) (C) (D) (E)	41. (A) (B) (C) (D) (E)
12. (A) (B) (C) (D) (E)	42. (A) (B) (C) (D) (E)
13. (A) (B) (C) (D) (E)	43. (A) (B) (C) (D) (E)
14. (A) (B) (C) (D) (E)	44. (A) (B) (C) (D) (E)
15. (A) (B) (C) (D) (E)	45. (A) (B) (C) (D) (E)
16. (A) (B) (C) (D) (E)	46. (A) (B) (C) (D) (E)
17. (A) (B) (C) (D) (E)	47. (A) (B) (C) (D) (E)
18. (A) (B) (C) (D) (E)	48. (A) (B) (C) (D) (E)
19. (A) (B) (C) (D) (E)	49. (A) (B) (C) (D) (E)
20. (A) (B) (C) (D) (E)	50. (A) (B) (C) (D) (E)
21. (A) (B) (C) (D) (E)	51. (A) (B) (C) (D) (E)
22. (A) (B) (C) (D) (E)	52. (A) (B) (C) (D) (E)
23. (A) (B) (C) (D) (E)	53. (A) (B) (C) (D) (E)
24. (A) (B) (C) (D) (E)	54. (A) (B) (C) (D) (E)
25. (A) (B) (C) (D) (E)	55. (A) (B) (C) (D) (E)
26. (A) (B) (C) (D) (E)	56. (A) (B) (C) (D) (E)
27. (A) (B) (C) (D) (E)	57. (A) (B) (C) (D) (E)
28. (A) (B) (C) (D) (E)	58. (A) (B) (C) (D) (E)
29. (A) (B) (C) (D) (E)	59. (A) (B) (C) (D) (E)
30. (A) (B) (C) (D) (E)	60. (A) (B) (C) (D) (E)



- A Prova Objetiva consistirá em questões de múltipla escolha numeradas sequencialmente, contendo 5 (cinco) alternativas cada e apenas 1 (uma) resposta correta, não sendo permitida a consulta a livros, anotações ou materiais de apoio de qualquer natureza. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas respostas.
- 60 questões para Nível Superior, divididas em 30 de Conhecimentos Gerais e 30 de Conhecimentos Específicos, garantindo que o formato de múltipla escolha A-E.
- O candidato deverá cronometrar: 5 horas com o preenchimento do cartão resposta para a prova objetiva.
- Prova Discursiva – Estudo de Caso: O simulado prevê a realização da Prova Discursiva na modalidade Estudo de Caso, consistindo em duas questões. O limite máximo é de 30 (trinta) linhas para cada questão. O candidato será considerado habilitado se obtiver, no conjunto das duas questões, nota média igual ou superior a 50,00 (cinquenta) pontos.”

**Para responder às questões de números 01 a 12, considere o texto abaixo**

Projeto ambiental aprovado no Brasil gera críticas internacionais

A aprovação, na madrugada desta quinta-feira (17), pelo Congresso Nacional, de um projeto que flexibiliza as regras para concessão de licenças ambientais no Brasil, gerou forte repercussão na imprensa internacional. A medida, tomada a poucos meses da realização da COP30 em Belém, foi criticada por veículos estrangeiros e organizações ambientais, que a classificaram como um dos maiores retrocessos legislativos em décadas.

O jornal britânico The Guardian destacou que parlamentares brasileiros aprovaram uma proposta que “enfraquece drasticamente as salvaguardas ambientais do país” e que a medida é vista por ativistas como “o maior revés na legislação ambiental brasileira dos últimos 40 anos”.

Na França, a emissora pública FranceInfo afirmou que o Congresso brasileiro aprovou “o maior retrocesso legislativo ambiental desde a ditadura”, segundo o Observatório do Clima. A emissora também citou o Ministério do Meio Ambiente brasileiro, que classificou a nova legislação como um “golpe mortal” à proteção da natureza, enquanto o Ministério da Agricultura defendeu a medida, argumentando que ela visa simplificar processos para projetos considerados estratégicos.

O canal canadense CBC chamou atenção para o fato de que o projeto foi aprovado em um momento em que o Brasil se prepara para sediar a conferência climática da ONU. A emissora observou que, embora haja críticas ao excesso de burocracia no licenciamento, “a abordagem adotada pelo Congresso provavelmente causará muito mais danos do que benefícios”. A agência italiana ANSA também repercutiu a notícia, destacando que o projeto “enfraquece as normas sobre licenciamento ambiental” e pode “reduzir o controle sobre atividades que causam degradação e colocam em risco comunidades tradicionais”. A agência ressaltou a divisão dentro do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o Ministério do Meio Ambiente se opondo à proposta, enquanto outras pastas, como Agricultura, Minas e Energia, apoiaram a medida.

Agora, o texto segue para sanção presidencial. O presidente pode vetar total ou parcialmente o projeto. Mas como resume o Guardian, o resultado pode desencadear uma batalha no

Supremo Tribunal Federal, “já que especialistas jurídicos argumentam que a nova lei é inconstitucional. (TERRA. “Projeto ambiental aprovado no Brasil gera críticas internacionais”. Publicado em 17 jul. 2025. Disponível em: [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br). Acesso em: 01 nov. 2025.)

**Questão 01**

No trecho “o Brasil precisa de novas regras para avançar”, o verbo “precisar” exige a preposição “de”. Assinale a alternativa em que o verbo também exige essa preposição.

- (A) amar
- (B) desconfiar
- (C) pagar
- (D) obedecer
- (E) visar (no sentido de mirar)

**Questão 02**

No trecho “O Ministério do Meio Ambiente é contrário à proposta”, o termo sublinhado exerce a função de:

- (A) objeto indireto
- (B) complemento nominal
- (C) adjunto adnominal
- (D) predicativo
- (E) aposto

**Questão 03**

Predominantemente, o texto lido apresenta:

- (A) instruções por meio de imperativos.
- (B) descrição de ambientes e seres.
- (C) defesa de uma tese.
- (D) relato de fatos com personagens e tempo.
- (E) exposição de conceitos sem argumentação.



#### Questão 04

O termo “A medida”, no início do segundo período do primeiro parágrafo, refere-se a:

- (A) O aumento das críticas internacionais.
- (B) O projeto que flexibiliza o licenciamento ambiental.
- (C) A conferência climática da ONU.
- (D) O Ministério da Agricultura.
- (E) A imprensa internacional.

#### Questão 05

O termo “organizações ambientais” inclui entidades como o Greenpeace e o Observatório do Clima.

O hiperônimo de ambas é:

- (A) ONG
- (B) Instituição
- (C) Associação
- (D) Entidade
- (E) Organização

#### Questão 06

Na frase “Tenho certeza de que virá”, o elemento “de” estabelece uma relação de subordinação. A palavra que rege (exige) a preposição “de” nessa construção é o(a):

- (A) verbo “ter”
- (B) pronome “que”
- (C) substantivo “certeza”
- (D) conjunção integrante
- (E) locução verbal

#### Questão 07

Na oração “O filho, por quem a mãe tinha admiração...”, a preposição “por” é exigida pelo termo regente. A função sintática que demanda a preposição “por” e, consequentemente, rege o pronome relativo “quem” é exercida pelo(a):

(A) verbo “ter”

(B) advérbio de modo

(C) substantivo “admiração”

(D) pronome relativo

(E) elipse

#### Questão 08

Na tipologia textual, os textos são classificados de acordo com sua função e estrutura dominante. O texto expositivo (ou informativo), em sua essência, tem por finalidade primordial:

- (A) convencer com argumentos.
- (B) relatar acontecimentos ficcionais.
- (C) ensinar como fazer.
- (D) expor e explicar ideias/conceitos.
- (E) descrever cena estática.

#### Questão 09

A definição que corresponde à denotação da palavra “joia” é: Denotação de “joia” corresponde a:

- (A) pessoa muito querida.
- (B) qualquer objeto belo.
- (C) adorno ou pedra preciosa (sentido literal).
- (D) metáfora elogiosa.
- (E) sinônimo de “raro”.

#### Questão 10

A coesão textual é frequentemente estabelecida pela retomada de elementos já citados. Na estrutura “O Ministério Público agiu prontamente. A sua atuação foi decisiva”, a expressão “sua atuação” retoma “Ministério Público”. Esse mecanismo de coesão referencial é um exemplo de:

- (A) catáfora nominal.
- (B) anáfora pronominal.
- (C) elipse do sujeito.
- (D) pleonasmo.
- (E) concordância ideológica.



### Questão 11

Assinale a alternativa em que o emprego da forma "porquê" está incorreto, segundo a norma-padrão da Língua Portuguesa.

- (A) Gostaria de saber porquê ele não chegou ainda.
- (B) Atrasou o relatório e não soube o porquê de sua ausência
- (C) Você se manifestou sobre o assunto e agiu por quê?
- (D) Não houve solução para o impasse porque o prazo expirou.
- (E) A razão por que lutamos é mais importante que o resultado.

### Questão 12

Assinale a alternativa cuja pontuação está em total conformidade com as regras da norma-padrão da Língua Portuguesa.

- (A) O candidato, que se preparou diligentemente, obteve, a aprovação desejada.
- (B) Apesar da greve dos transportes, o evento ocorreu pontualmente, como havia sido planejado.
- (C) Os estudos preliminares apontaram para a necessidade de um ajuste imediato nos custos.
- (D) Novas medidas de economia, se a situação financeira persistir, serão necessárias.
- (E) A experiência demonstrou que, o sucesso do projeto depende de variáveis externas.

### Questão 13

Em Lógica Proposicional, uma proposição é uma sentença declarativa à qual se pode atribuir um único valor lógico (Verdadeiro ou Falso), excluindo-se as sentenças abertas, interrogativas, exclamativas e imperativas. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que NÃO representa uma proposição lógica:

- (A) "Brasília é a capital do Brasil."
- (B) "2 + 2 = 4."
- (C) "Feche a porta."
- (D) "A água ferve a 100°C ao nível do mar."
- (E) "A Amazônia é um bioma."

### Questão 14

Na Lógica Clássica, também conhecida como Lógica Aristotélica, as proposições são regidas por três princípios fundamentais: Princípio da Identidade, Princípio da Não Contradição e Princípio do Terceiro Excluído. O Princípio do Terceiro Excluído estabelece que uma proposição P deve obedecer à seguinte condição:

- (A) P pode ser V e F simultaneamente.
- (B) P não tem valor lógico.
- (C) P é V ou F, nunca ambos.
- (D) P é sempre V.
- (E) P é sempre F.

### Questão 15

Em Lógica Proposicional, a negação de uma conjunção (sentença ligada pelo conectivo "e") é dada pela Primeira Lei de De Morgan:  $\neg(P \wedge Q) \equiv \neg P \vee \neg Q$ . Considerando a proposição composta P : "Ana é médica e João é engenheiro." A negação dessa proposição,  $\neg P$ , é corretamente expressa por:

- (A) Ana não é médica e João não é engenheiro.
- (B) Ana não é médica ou João não é engenheiro.
- (C) Ana é médica ou João é engenheiro.
- (D) Se Ana é médica então João não é engenheiro.
- (E) Ana é médica se, e somente se, João não é engenheiro.

### Questão 16

Na Lógica Proposicional, as sentenças compostas são formadas pela ligação de proposições simples por meio de conectivos lógicos. A proposição "Se chover, então levo guarda-chuva" é um exemplo de sentença composta que utiliza o conectivo conhecido como:

- (A) bicondicional
- (B) disjunção exclusiva
- (C) disjunção inclusiva
- (D) condicional
- (E) conjunção

### Questão 17

Na Lógica Proposicional, uma proposição é classificada de acordo com sua estrutura e o tipo de conectivo utilizado. A proposição "Bianca se alimenta bem e pratica ioga." deve ser corretamente classificada como:



- (A) simples
- (B) composta por conjunção
- (C) composta por disjunção
- (D) condicional
- (E) tautologia

#### Questão 18

Uma proposição simples é aquela que possui uma única ideia e não contém nenhum conectivo lógico (como "e", "ou", "se... então", "se e somente se") em sua formação. Dentre as sentenças a seguir, assinale a única que representa uma proposição simples:

- (A) Se Paulo estuda, então passa.
- (B) Maria ou Ana viajará.
- (C) João é médico.
- (D) Não é verdade que Pedro corre.
- (E) Se Pedro estuda e trabalha.

#### Questão 19

Em Lógica Proposicional, a equivalência lógica de uma negação de conjunção, representada por  $\neg(P \wedge Q)$ , ou seja, Não ( $P \wedge Q$ ), é dada pela Primeira Lei de De Morgan. Essa negação é logicamente equivalente a:

- (A)  $(\neg P \wedge \neg Q)$
- (B)  $(\neg P \vee \neg Q)$
- (C)  $(P \rightarrow Q)$
- (D)  $(P \leftrightarrow Q)$
- (E)  $\neg P \rightarrow \neg Q$

#### Questão 20

Na Lógica Proposicional, o número total de linhas em uma tabela-verdade é determinado pela fórmula  $2^n$ , onde  $n$  representa o número de proposições simples distintas que compõem a sentença. Portanto, para uma proposição composta formada por três proposições simples distintas ( $n=3$ ), a tabela-verdade correspondente possuirá um total de:

- (A) 4 linhas
- (B) 6 linhas
- (C) 8 linhas

- (D) 12 linhas
- (E) 16 linhas

#### Questão 21

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) divide as informações em dados pessoais e dados pessoais sensíveis. Os dados pessoais sensíveis são aqueles que, quando revelados, podem gerar algum tipo de discriminação. Segundo a LGPD, dado pessoal sensível inclui, entre outros:

- (A) estado civil e profissão.
- (B) histórico escolar.
- (C) opinião política e dado genético.
- (D) renda familiar.
- (E) endereço residencial.

#### Questão 22

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e seus fundamentos, o princípio da necessidade que rege o tratamento de dados pessoais determina que este deve:

- (A) coletar o máximo de dados possível.
- (B) focar em dados pertinentes, proporcionais e não excessivos.
- (C) dispensar consentimento sempre que houver contrato.
- (D) priorizar anonimização obrigatória.
- (E) restringir-se a dados públicos.

#### Questão 23

A Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, traz entre suas definições o conceito de quem são o Controlador e operador no tratamento dos dados pessoais. Nesse sentido, quem são o controlador e o operador são, respectivamente:

- (A) quem executa e quem decide.
- (B) quem decide e quem executa.
- (C) ambos apenas públicos.
- (D) ambos necessariamente pessoas naturais.
- (E) ambos sempre responsáveis solidários.



#### Questão 24

Nos termos do Capítulo V da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), a transferência internacional de dados exige como regra:

- (A) anonimização prévia.
- (B) comunicação à ANPD sem exceções.
- (C) garantia de nível de proteção adequado no destino ou salvaguardas.
- (D) consentimento expresso em todos os casos.
- (E) uso de criptografia ponta a ponta.

#### Questão 25

A Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527/2011), que regulamenta o direito constitucional de acesso a informações públicas, aplica-se, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a:

- (A) só ao Executivo federal.
- (B) a todos os Poderes e MP, inclusive indireta.
- (C) apenas a órgãos de controle.
- (D) a empresas privadas com fins lucrativos que recebam isenção, obrigatoriamente.
- (E) apenas ao Legislativo e Judiciário.

#### Questão 26

No contexto da Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527/2011), o princípio da Transparência Ativa significa o dever dos órgãos e entidades públicas de:

- (A) resposta a pedido do cidadão.
- (B) divulgação proativa de informações de interesse público.
- (C) negativa fundamentada de acesso.
- (D) classificação de sigilos.
- (E) fornecimento apenas presencial.

#### Questão 27

Para os efeitos da Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527/2011) e sua regulamentação, o termo informação é conceituado amplamente, referindo-se a:

- (A) apenas dado processado digitalmente.
- (B) apenas documento físico.

- (C) dado, processado ou não, em qualquer suporte.
- (D) exclusivamente dado público não pessoal.
- (E) somente registros contábeis.

#### Questão 28

A Lei de Acesso à Informação (LAI) tem como principal objetivo garantir o direito fundamental de acesso à informação, mas não podemos esquecer que ela também contribui para a garantia de outros direitos. Isso só é possível porque as informações que podem ser obtidas dos órgãos públicos, como por exemplo, dados sobre gastos do governo, políticas e serviços públicos, são importantes para garantir direitos referentes à educação, à saúde, à igualdade e outros. Considerando isso, entre as diretrizes da LAI está:

- (A) sigilo como regra.
- (B) divulgação condicionada a solicitação.
- (C) uso de TI para ampliar acesso.
- (D) restrição ao controle social.
- (E) vedação de publicação em sítios eletrônicos.

#### Questão 29

Apesar de frequentemente usados como sinônimos, no contexto do Direito Administrativo e da Lei de Acesso à Informação (LAI), os conceitos de Publicidade e Transparência se distinguem. A diferença central entre publicidade e transparência é que:

- (A) são sinônimos.
- (B) transparência independe de clareza.
- (C) publicidade = divulgar; transparência = divulgar de forma clara, acessível e útil.
- (D) publicidade exige linguagem simples; transparência, não.
- (E) nenhuma exige acessibilidade.

#### Questão 30

A Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527/2011) estabelece duas modalidades para a efetivação do acesso à informação pública: a Transparência Ativa e a Transparência Passiva. A distinção fundamental entre elas é:

- (A) ativa = mediante requerimento; passiva = proativa.
- (B) ambas dependem de justificativa do cidadão.
- (C) ativa = proativa; passiva = sob demanda.
- (D) ativa = só em portal; passiva = presencial.
- (E) ambas exclusivas do Executivo.



### Questão 31

Com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), diversos atores são corresponsáveis pela adequada gestão dos resíduos gerados ao longo do ciclo de vida dos produtos, desde a fabricação até a destinação final ambientalmente adequada. Essa atuação conjunta caracteriza o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, que envolve:

- (A) apenas os fabricantes, por serem os principais geradores de resíduos industriais.
- (B) as indústrias e o governo federal, por meio de convênios de cooperação técnica. (C) apenas o poder público, responsável pela coleta e destinação final dos resíduos.
- (D) exclusivamente os consumidores finais, que devem realizar a separação do lixo doméstico.
- (E) fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

### Questão 32

De acordo com a PNRS, a logística reversa tem por objetivo:

- (A) garantir o destino final de resíduos radioativos.
- (B) devolver produtos após o consumo ao setor empresarial para reaproveitamento ou destinação adequada.
- (C) eliminar o lixo urbano em aterros sanitários.
- (D) substituir o sistema de coleta seletiva.
- (E) apenas reduzir o consumo de matérias-primas.

### Questão 33

A educação ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e tem papel essencial na formação de cidadãos conscientes sobre o uso sustentável dos recursos naturais. De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), a educação ambiental deve estar presente:

- (A) de forma transversal, contínua e integrada em todos os níveis e modalidades de ensino, tanto na educação formal quanto na não formal.
- (B) apenas no ensino fundamental, como tema de ciências.
- (C) somente em campanhas pontuais promovidas por órgãos ambientais.
- (D) como disciplina obrigatória isolada no ensino superior.
- (E) apenas no ensino médio, em conteúdos relacionados à biologia.

### Questão 34

São princípios da educação ambiental:

- (A) Competitividade e meritocracia.
- (B) Participação, pluralismo de ideias e enfoque holístico.
- (C) Hierarquia e produtividade.
- (D) Nacionalismo e disciplina.
- (E) Centralização pedagógica.

### Questão 35

Durante a análise de um projeto de loteamento urbano, o órgão ambiental identificou que parte da área pretendida para construção se encontra às margens de um curso d'água. O empreendedor foi informado de que essa faixa deve ser mantida intacta, pois se trata de uma Área de Preservação Permanente (APP).

De acordo com o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), considera-se APP:

- (A) área destinada à exploração econômica sustentável de produtos florestais.
- (B) área coberta ou não por vegetação nativa, com função de preservar recursos hídricos, estabilidade geológica e biodiversidade.
- (C) área pública ou privada passível de supressão mediante compensação ambiental.
- (D) faixa de terreno exclusivamente dentro de unidades de conservação de proteção integral.
- (E) área desmatada que deverá ser recomposta obrigatoriamente com espécies nativas.

### Questão 36

A Amazônia Legal é uma área definida por lei que abrange diferentes estados e partes de biomas brasileiros, criada para fins de planejamento e desenvolvimento regional integrado, com relevância para a aplicação de políticas ambientais e fundiárias, como as do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012).

De acordo com essa legislação, a Amazônia Legal compreende:

- (A) toda a região Norte do Brasil.
- (B) exclusivamente o bioma amazônico.
- (C) apenas a Amazônia Ocidental.
- (D) os Estados da Amazônia, Mato Grosso, parte de Goiás, Tocantins e Maranhão.
- (E) apenas as unidades de conservação federais da região.



### Questão 37

No âmbito da gestão de unidades de conservação, o plano de manejo pode definir áreas no entorno da UC destinadas a minimizar os impactos negativos decorrentes de atividades humanas próximas. Essas áreas, conhecidas como zonas de amortecimento, têm como principal função:

- (A) assegurar a proteção integral da fauna e da flora dentro da unidade.
- (B) permitir o uso livre dos recursos naturais do entorno, desde que autorizados pelo município.
- (C) restringir e ordenar atividades humanas no entorno, reduzindo pressões sobre os ecossistemas protegidos.
- (D) substituir o plano de manejo e dispensar licenciamento ambiental.
- (E) viabilizar a expansão urbana sobre áreas subutilizadas.

### Questão 38

Uma empresa pretende instalar uma fábrica de tintas em uma área próxima a um rio. Antes de iniciar as obras, o órgão ambiental exige que o empreendedor apresente estudos técnicos e obtenha as autorizações necessárias para garantir que a atividade não cause danos significativos ao meio ambiente.

Com base na legislação ambiental brasileira, o licenciamento ambiental é:

- (A) um ato político discricionário.
- (B) procedimento administrativo que licencia a localização, instalação, ampliação e operação de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.
- (C) processo judicial de autorização ambiental.
- (D) responsabilidade exclusiva do IBAMA.
- (E) desnecessário em ampliações de empreendimentos.

### Questão 39

No contexto do licenciamento ambiental, os estudos ambientais exigidos pelo órgão competente têm por finalidade:

- (A) substituir a necessidade de fiscalização posterior à instalação do empreendimento.
- (B) identificar, avaliar e propor medidas para prevenir, mitigar ou compensar impactos ambientais.
- (C) garantir a celeridade do licenciamento, independentemente do potencial poluidor.

(D) restringir-se à caracterização geológica e hidrológica da área afetada.

(E) comprovar o cumprimento de metas econômicas e produtivas do empreendimento.

### Questão 40

A Lei Complementar nº 140/2011 regulamenta o art. 23 da Constituição Federal, estabelecendo normas para a cooperação entre os entes federativos nas ações de proteção ambiental. De acordo com essa lei, a competência para o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades localizados em mais de um Estado é do:

- (A) Município em que estiver localizada a sede do empreendimento.
- (B) Estado em que ocorrer a maior parte dos impactos ambientais.
- (C) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
- (D) Consórcio público formado pelos Estados afetados.
- (E) Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

### Questão 41

A Lei Complementar nº 140/2011 estabelece normas para a cooperação entre os entes federativos no exercício das ações administrativas decorrentes da competência comum em matéria ambiental. Segundo essa lei, são considerados instrumentos de cooperação entre os poderes públicos:

- (A) ajustes verbais, parcerias público-privadas e convênios.
- (B) fundos públicos, consórcios públicos e comissões tripartites.
- (C) contratos privados, convênios e comissões tripartites.
- (D) consórcios públicos, convênios e comissões tripartites.
- (E) apenas convênios.

### Questão 42

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº 6.938/1981, estabelece princípios, objetivos e instrumentos voltados à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável no Brasil. Entre seus objetivos gerais, destaca-se:



(A) a promoção do crescimento econômico ilimitado, independentemente da capacidade de suporte ambiental.

(B) a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida.

(C) a ampliação da industrialização sem restrições ambientais.

(D) a privatização e exploração intensiva dos recursos naturais.

(E) o incentivo à poluição controlada como forma de desenvolvimento sustentável.

#### Questão 43

De acordo com a Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), o poder público dispõe de diversos instrumentos para a execução da política ambiental no país. Entre os instrumentos previstos na legislação, encontra-se:

(A) a cobrança pelo uso de recursos hídricos, o zoneamento ambiental e o licenciamento de atividades poluidoras.

(B) a emissão de títulos de crédito ambiental e a privatização de áreas de preservação.

(C) o estímulo ao consumo intensivo de recursos naturais e a criação de zonas industriais sem restrição ambiental.

(D) o incentivo à poluição compensada por meio de medidas voluntárias do setor privado.

(E) a dispensa de estudos de impacto ambiental para atividades de baixo risco econômico.

#### Questão 44

No âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), são previstos instrumentos que viabilizam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, especialmente quanto à logística reversa. Entre esses instrumentos, destaca-se o acordo setorial, que consiste em:

(A) um contrato firmado individualmente entre consumidores e empresas privadas.

(B) um auto de infração ambiental emitido pelo órgão competente.

(C) um plano de emergência para gestão de acidentes ambientais.

(D) um instrumento de fiscalização federal voltado à aplicação de sanções.

(E) um instrumento de logística reversa firmado entre o poder público e o setor empresarial.

#### Questão 45

A lei 12.651/12, estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal. Qual das seguintes alternativas é considerada reserva legal:

(A) 50 m de margens, de rios com 10 a 50 m de largura.

(B) área localizada no interior da propriedade urbana com função de uso sustentável.

(C) área localizada no interior da propriedade rural com função de uso sustentável.

(D) área destinada a servidão ambiental.

(E) Encostas com declividade acima de 45°.

#### Questão 46

De acordo com o Código Florestal brasileiro (Lei nº 12.651/2012), as Áreas de Preservação Permanente (APPs) localizadas nas margens de cursos d'água naturais são faixas protegidas de vegetação com largura variável, definidas em função da largura do corpo hídrico. Para cursos d'água com largura inferior a 10 metros, a faixa mínima de APP a ser mantida é de:

(A) 10 metros.

(B) 15 metros.

(C) 30 metros.

(D) 50 metros.

(E) 100 metros.

#### Questão 47

O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. De acordo com a Lei nº 9.985/2000 – SNUC, é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável:

(A) Reserva legal.

(B) Floresta Estadual.

(C) Refúgio de Vida Silvestre.

(D) Parque Municipal.

(E) Área de Preservação Permanente.



#### Questão 48

Durante um evento de precipitação intensa, parte da água pode infiltrar-se no solo, enquanto outra parte escoa sobre a superfície terrestre, atingindo cursos d'água e drenagens. Esse fenômeno, denominado escoamento superficial, ocorre quando:

- (A) toda a água precipitada consegue infiltrar-se completamente no solo.
- (B) a capacidade de infiltração do solo é ultrapassada pela intensidade da chuva.
- (C) toda a precipitação é convertida em vapor devido à evaporação imediata.
- (D) o lençol freático eleva-se acima da superfície em qualquer condição de chuva.
- (E) o solo encontra-se congelado, impedindo a infiltração da água.

#### Questão 49

Durante o processo de tratamento de esgoto, diferentes etapas são aplicadas para remover impurezas físicas, químicas e biológicas. O tratamento primário tem como principal objetivo:

- (A) promover a remoção de microrganismos patogênicos por meio da desinfecção do efluente.
- (B) realizar a separação de sólidos sedimentáveis e flutuantes presentes no esgoto bruto.
- (C) oxidar biologicamente a matéria orgânica dissolvida, reduzindo a DBO.
- (D) ajustar o pH do efluente para posterior lançamento em corpo hídrico.
- (E) eliminar nutrientes como nitrogênio e fósforo por processos biológicos.

#### Questão 50

O lodo ativado é característico do:

- (A) tratamento preliminar.
- (B) sistema anaeróbico de lagoas.
- (C) tratamento biológico aeróbico.
- (D) processo de desinfecção química.
- (E) filtração terciária.

#### Questão 51

Um dos principais impactos da urbanização sobre a drenagem é:

- (A) redução do escoamento superficial.
- (B) aumento da infiltração e recarga do lençol.
- (C) aumento da vazão de pico e redução do tempo de concentração.
- (D) diminuição das enchentes.
- (E) aumento da evapotranspiração.

#### Questão 52

Nos ecossistemas, a energia proveniente do Sol é captada pelos organismos produtores e transferida aos demais níveis tróficos por meio das cadeias alimentares. Considerando o fluxo de energia, é correto afirmar que ele ocorre:

- (A) de forma cíclica, retornando integralmente aos produtores.
- (B) de modo equilibrado, mantendo a mesma quantidade de energia em todos os níveis tróficos.
- (C) em sentido unidirecional, com perda progressiva de energia a cada transferência.
- (D) apenas entre os consumidores, sem participação dos decompositores.
- (E) com aumento da energia disponível nos níveis superiores.

#### Questão 53

O datum geodésico define:

- (A) apenas o nível médio dos mares.
- (B) a superfície de referência usada para coordenadas geográficas.
- (C) a curvatura média da crosta terrestre.
- (D) o sistema de projeção cartográfica.
- (E) a variação temporal do campo magnético.

#### Questão 54

Uma escala 1:25.000 indica que:

- (A) 1 cm no mapa equivale a 25.000 cm na realidade.
- (B) 25.000 cm no mapa equivalem a 1 cm no terreno.



(C) 1 m no mapa equivale a 2.500 km no terreno.

(D) o mapa é mais geral que 1:100.000.

(E) é uma escala pequena.

#### Questão 55

Durante o uso de técnicas de sensoriamento remoto para obtenção de informações sobre a superfície terrestre, os sensores embarcados em satélites ou aeronaves captam diferentes formas de energia. A principal forma de energia detectada por esses sensores é:

(A) a energia cinética proveniente do movimento das massas de ar e de água.

(B) a energia eletromagnética refletida ou emitida pelos alvos na superfície.

(C) a energia sonora, captada pela variação de frequência do meio atmosférico.

(D) a energia química, resultante das reações entre elementos presentes no solo.

(E) a energia térmica transmitida por contato direto com a superfície.

#### Questão 56

A projeção cartográfica tem por finalidade:

(A) representar a Terra (esférica) num plano.

(B) medir a curvatura terrestre diretamente.

(C) calcular altitudes por gravimetria.

(D) substituir coordenadas geográficas por polares.

(E) definir escalas temporais.

#### Questão 57

O EIA é exigido para:

(A) qualquer obra pública causadora degradação ambiental.

(B) atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental.

(C) todo licenciamento ambiental.

(D) obras sem impacto ambiental direto.

(E) atividades de baixo potencial poluidor.

#### Questão 58

O RIMA tem por objetivo:

(A) apresentar resultados técnicos de forma acessível à sociedade.

(B) manter sigilo sobre dados ambientais.

(C) ser documento exclusivo para o IBAMA.

(D) substituir o EIA no licenciamento ambiental.

(E) servir apenas à defesa do empreendedor.

#### Questão 59

Durante o processo de licenciamento ambiental de um empreendimento, é exigida a apresentação de estudos ambientais. De acordo com a legislação, esses estudos devem:

(A) ser elaborados pelo próprio órgão ambiental responsável pelo licenciamento.

(B) ser custeados pelo empreendedor e elaborados por profissionais legalmente habilitados.

(C) dispensar a responsabilidade técnica, por se tratar de documento de caráter opinativo.

(D) consistir obrigatoriamente em Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

(E) ter caráter sigiloso, acessíveis apenas ao órgão licenciador e ao empreendedor.

#### Questão 60

A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos busca:

(A) eliminar o papel do consumidor.

(B) dividir responsabilidades entre fabricantes, comerciantes, consumidores e poder público.

(C) centralizar o controle no governo federal.

(D) restringir a logística reversa às indústrias químicas.

(E) extinguir o princípio do poluidor-pagador.



- O máximo de linhas permitido para a Prova Discursiva – Estudo de Caso é de 30 (trinta) linhas para cada questão;
- Objetivo: O Estudo de Caso visa avaliar a capacidade do candidato em dominar o conteúdo temático da área.
- Conteúdo: A avaliação destina-se a verificar o domínio de conteúdo dos temas abordados, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo/área/especialidade/qualificação/localidade de lotação.
- Pontuação: O Estudo de Caso será avaliado na escala de 0 (zero) a 100,00 (cem) pontos.
- Habilitação: O candidato que obtiver, no conjunto das duas questões, nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta) pontos, será considerado habilitado.
- Critério de Correção: A nota final do candidato na Prova Discursiva – Estudo de Caso consistirá na média das notas obtidas nas duas questões.

### Questão 1 – Gestão de Resíduos Sólidos e Logística Reversa

Uma prefeitura de médio porte enfrenta graves problemas de acúmulo de resíduos em aterros sanitários, além da baixa adesão de empresas e consumidores ao sistema de coleta seletiva. O gestor municipal deseja implantar um **programa de logística reversa** em conformidade com a **Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)**, buscando reduzir a geração e aumentar o reaproveitamento de materiais.

**Com base na legislação ambiental vigente e nas diretrizes da PNRS**, elabore uma proposta técnica, com até 30 linhas, abordando:

- os **instrumentos legais e administrativos** necessários à implantação do sistema;
- a **responsabilidade compartilhada** entre poder público, empresas e sociedade;
- e os **benefícios ambientais e econômicos** esperados.

#### Espaço para resposta:

(máximo de 30 linhas)



### Questão 2 – Licenciamento Ambiental e Avaliação de Impacto

Uma empresa de mineração pretende instalar uma unidade de extração próxima a um curso d'água e a uma comunidade rural. O órgão ambiental estadual exige a elaboração de **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)** e **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)** antes da emissão da licença prévia.

**Considerando as normas da Resolução CONAMA nº 01/1986 e da Lei Complementar nº 140/2011**, redija um texto, com até 30 linhas, explicando:

- as **etapas do licenciamento ambiental** aplicáveis ao caso;
- o **papel do EIA/RIMA** no processo decisório;
- e os **critérios de participação pública** que devem ser observados.

#### Espaço para resposta:

(máximo de 30 linhas)





PROTEGER O MEIO  
AMBIENTE É GARANTIR  
UM FUTURO POSSÍVEL  
PARA TODOS.

